

A CIDADE “CIÊNCIA E TERNURA”: MEMÓRIAS, IMPRENSA E CULTURA NO MUNICÍPIO DE FRANCO DA ROCHA/SP*

Adilson dos Santos Reis

Mestrando em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP)

E-mail: adilsonhistoria@hotmail.com

Palavras-chave: Franco da Rocha. Cidade. Memória. Imprensa.

Neste artigo, proponho analisar algumas imagens da cidade de Franco da Rocha construídas nas últimas décadas do século XX e início do XXI, sobretudo, na sua relação com o Hospital Psiquiátrico do Juqueri, que se apontam como forma de lembrar a cidade. As preposições do Grupo Memória Popular da Universidade de Birmingham, na Inglaterra, dentro da perspectiva traçada por Richard Johnson e Graham Dawson, abre caminho para traçar uma reflexão sobre a produção da memória. Nessa perspectiva, toda atividade política é intrinsecamente um processo de argumentação e de definição histórica e os processos de dominação política, envolvem definição histórica, portanto, nos alertam para atentar não para o passado em si mesmo, mas para o quê dele tem existência ativa no presente, para as disputas travadas cotidianamente em torno de qual passado queremos preservar, modificar ou rejeitar no presente. Se as memórias do passado são um tipo de geologia, sedimentação seletiva de vestígios do passado os profissionais da história não podem minimizar o “significado político da história” e as maneiras pelas quais “um argumento histórico opera como uma força política” (JOHNSON; DAWSON, 2004, p. 282-295).

Trabalhar nessa direção significa ver a memória como um campo de disputas entre forças sociais, e controla-la é deter a hegemonia social. Não obstante, observamos que existe um empenho dos grupos sociais em (re)afirmar uma memória como legítima e universal, selecionando, excluindo, determinando assim o que deve ser lembrado e esquecido em favor de “certa memória que justifica os projetos políticos vencedores, reforçando normas e valores que na acepção dos que ocupam a esfera dirigente deve reger a vida na cidade” (CARDOSO, 2000, p. 183).

* Este artigo é parte do trabalho que venho desenvolvendo no Programa de Estudos Pós-Graduados em História da PUC-SP, sob a orientação de Heloisa de Faria Cruz.

Analisando a memória que ganhou visibilidade nas últimas décadas do século XX na cidade de Franco da Rocha, é possível perceber que a relação *Franco da Rocha – Juqueri* recebeu centralidade enquanto passado capaz de traduzir as experiências sociais. Os elementos da gênese da cidade ocuparam espaços nas diversas publicações e atos públicos forjando uma tradição ligada à “ciência e ternura”. A oficialização deste ato se deu em 1975, quando o então prefeito eleito Ângelo Seleguim, sancionou a lei que atribuía à cidade este o cognome “ciência e ternura”, fato verificado em uma entrevista concedida ao jornal local (JUCA POST, nov. 2006, p. 8).

A idéia do *slogan* surgiu diante da experiência e contato com outros líderes, que na visão do prefeito e demais vereadores que compunham a comitiva, atribuíam à cidade uma fama negativa em virtude do Juqueri, esta imagem ruim os prejudicava e possivelmente criava um desprestígio diante dos demais congressistas. Proponho-me a perguntar: Como se compôs esta “fama ruim do Juqueri” enquanto imagem da cidade? E como tais líderes procuram lidar com esta imagem negativa forjando para a cidade outra memória – a da ciência e ternura?

A divisa adotada tinha um propósito de suplantar uma imagem negativa da cidade, ligada principalmente ao Hospital do Juqueri e inaugurar uma *tradição*. Segundo as reflexões de Eric Hobsbawm, esta tradição funcionária na alimentação de um imaginário amparado em signos da realidade social, “compondo as estratégias simbólicas desses agentes sociais, visando dessa maneira, perpetuar valores culturais como prática política e construção de tradições” (HOBSBAWM; RANGE, 1984, p. 9).

A imagem do Juqueri a qual o prefeito Ângelo Seleguim se referia enquanto negativa estava sendo construída em uma relação de tensão entre a instituição e a sociedade. Nesta direção os jornais na década de 70 e 80 tiveram um papel substancial dando uma maior visibilidade à instituição enquanto lugar de opressão e tragédia humana. As fissuras no projeto da ditadura militar começavam a expor a situação de corrupção e opressão nas instituições do governo em especial o descuido com a saúde psiquiátrica. Entretanto, haveria um movimento mais amplo de reforma psiquiátrica já iniciado em países da Europa e América do Norte que se iniciou a partir das novas teorias do italiano Franco Basaglia (1985).

A imprensa enquanto “constitutiva do social” articulou suas relações debatendo e instituindo seus projetos nesta área, formulando assim, através de suas notícias e escritos uma agenda política onde o Juqueri aparecia como o grande filão jornalístico capaz de impactar a sociedade com suas mazelas, tornando-se referência para analisar o tratamento dispensado aos doentes mentais em Franco da Rocha.

Seguramente é destas imagens que o referido prefeito estava dialogando quando se propôs a criar um nome que suavizasse a relação da cidade com o Juqueri. O projeto político que estava em andamento criou diversas resistências tanto locais quanto na esfera mais ampla dos poderes governamentais. Neste sentido, a imprensa teve papel atuante em alimentar o lado da tragédia hospitalar do Juqueri, pois a partir de suas páginas o Juqueri ganha notoriedade e constitui-se tema de grande impacto social.

Através de uma análise das notícias do jornal *Folha de São Paulo*, na década de 80 pode-se acompanhar o papel que este órgão desempenhou na formulação da imagem do Juqueri. As denúncias se iniciavam na década anterior, entretanto é no período de “transição democrática” que elas ganharam de vez as páginas do Jornal.

O então governador eleito em 1982, André Franco Montoro, seria articulador destas mudanças na instituição, em seu plano de governo já descrevia medidas para resolver “o problema no Juqueri” que estava sendo deflagrado em Franco da Rocha e transformado em tema que renderia muitas linhas nos jornais de maior amplitude, promovendo um repertório de textos que geralmente eram acompanhados de imagens de calamidade pública.

Todavia, procurou ajustar a crise no Juqueri de modo que projetasse a sua gestão e “acalmasse” as páginas da imprensa, evitando que novamente corpos nus, rostos abatidos e ambiente mal higienizado ocupassem o noticiário. Um dos primeiros interventores do Estado para tal tarefa, Cid Pimentel, percebia claramente a importância do trabalho que lhe cabia pelo motivo pelo qual afirmou em entrevista publicada pelo trabalho da pesquisadora Evelin Naked de Castro Sá (SÁ; PIMENTEL, 1991, p. 38).

Assim a crise do Juqueri instaurou uma agenda pública, onde governador, secretários e assessores teriam que apontar soluções para aquilo que a imprensa considerou “uma vergonha para o povo de São Paulo” (FOLHA DE SÃO PAULO, 21 fev. 1984, p. 7). A idéia de que o Juqueri representava um foco de corrupção e uma tragédia humana e técnica passou a estar presente nas falas do secretário de saúde, direcionando o governo para a intervenção estadual da instituição. Nessa agenda pública, a cidade de Franco da Rocha, em especial seus administradores recebiam um papel secundário, muitas vezes eram associados como os únicos responsáveis por tal situação, descritos como “negligentes” e portadores de uma “cultura própria” que faziam do castigo físico aos internos e do desvio de mercadorias do hospital um hábito cotidiano.

Entre uma nota e outra, haveria aqueles que alertavam para essas conclusões apressadas, e retificavam qual a real situação dos funcionários desta instituição com salários ínfimos e ambiente insalubre. Os embates em torno dessas discussões caminharam em

diferentes direções com manifestações públicas dos trabalhadores, greves e até mesmo boicote em algumas áreas da instituição. A imprensa por vezes passou a representar para os trabalhadores uma inimiga que omitia a real situação e dava apenas voz ao governo.

Segundo um documento divulgado por escrito, os médicos afirmavam que a intensificação das críticas ao complexo nos últimos dois anos, estava inegavelmente ligada ao período eleitoral e aos interesses que caracterizam as campanhas eleitorais. E acusam a imprensa de estar sendo “parcial” na divulgação dos fatos, deixando de dar destaque à posição dos médicos em relação ao problema (O ESTADO DE SÃO PAULO, 24 mar. 1984).

De qualquer forma a imprensa seria o veículo que também divulgaria as transformações e os embates que a instituição travava como o governo. Neste sentido observa que as manchetes e reportagens destacavam a atuação dos órgãos oficiais do Estado acompanhando a vida no Juqueri quase que diariamente (FOLHA DE SÃO PAULO, 27 fev. 1984, p. 6).

Observa-se que a *Folha* tinha livre acesso ao andamento da intervenção, noticiando quase em primeira mão aquilo que se passava na instituição. O jornal se colocava como o principal articulador das transformações ocorridas, expressões como: “as denúncias da folha”, “conforme a folha noticiou” ou “como este jornal noticiou”, ainda “comprovando aquilo que a folha noticiou” apontavam a necessidade de afirmar e comprovar suas reportagens diante do público leitor mostrando como sua presença foi significativa para esta transformação.

Este jornal promovia em seu auditório um debate com presença de várias autoridades do Estado (FOLHA DE SÃO PAULO, 16 fev. 1984, p. 5).

Deste modo, o Juqueri passou a ser o “grande assunto” a ser debatido, pesquisado e conhecido de inúmeros leitores, às vezes como uma coisa *estranha e obscura* que tanto o Estado como a sociedade desconhecia. O jornal promovia uma articulação entre a fotografia e o texto escrito capaz de colocar os líderes políticos governamentais em destaque, imagens fotográficas como a libertação de pacientes trancafiados, sujeitos, jogados pelo chão ocupavam lugar de destaque na formatação da notícia, ao tempo que, explorava todo flagelo em que se encontrava a paciente.

A paciente retirada da rontuda foi levada, pelo secretário e pelo novo diretor do Juqueri, para uma enfermaria. Ela não soube dizer há quanto tempo estava isolada, trancada na cela sem nenhuma janela. “Não me lembro”, falou, acrescentando que “queria sair, mas não deixaram”. Um pouco assustada com a presença dos repórteres e fotógrafos, Cidinha – como foi chamada pelo diretor do hospital- ainda sob efeito de drogar, parecia sem

esperança: “quero é morrer, isso sim” (FOLHA DE SÃO PAULO, 13 mar. 1984, p. 2).

Através das notícias deste jornal é possível vislumbrar o embate travado na reformulação do Juqueri onde o papel da imprensa foi cada vez mais decisivo para se constituir uma memória ligada aos horrores praticados pela instituição, as fotografias e denúncias se articulavam a vários interesses, tanto locais como nacionais.

Todavia, ao apresentar os horrores em que viviam parte da população interna do hospital essas notícias narram uma memória onde homens eram vistos como animais, trancafiados e esquecidos em toda a sua miséria, revela o horror das celas fortes e dos castigos aplicados aos doentes, vão construído referências para lembrar, não aquele acontecimento específico, mas o que será constituído como memória da instituição, retomada, reformulada por escritores e jornalistas.

Seguramente, não era esta a imagem que os líderes políticos locais gostaria de ver projetada como memória da cidade, e sob a égide *de defender, de honrar, de buscar as raízes, de exaltar nosso povo*, buscaram criar uma identidade única para a cidade e neutralizar as lutas sociais através do discurso da união e do progresso.

A construção de sentidos para esta cidade articulou uma preocupação dos poderes públicos em (re)dimensionar o olhar, não de forma negativada, mas a partir da construção de um passado glorioso e harmônico, dentro desta perspectiva estão à criação dos livros, festividades, exibição de fotografias, documentários e leis que exaltam a cidade e o hospital como lugar belo e harmônico, surge então a cidade “ciência e ternura.”

Neste sentido, as pequenas publicações da cidade e região (Caieiras, Franco da Rocha e Francisco Morato) constituíram-se em espaço articulador dos interesses locais, através desta imprensa a memória local foi sendo direcionada para longe das calamidades noticiadas na grande imprensa, esses jornais foi se tornando espaço de interlocução das diversas camadas sociais envolvidas na dinâmica da cidade. Entre folhas grandes e pequenas, de vida curta e longa, figuravam na década de 80 e 90 na região os jornais; *Juca Post* (1985), *Regional News* (1992), *A Tribuna* (1998), *Nosso Bairro* (1998), *O Franco* (1984), *A Semana* (1982), *Cidade Agora* (1998).

Os dois de maior representatividade e que manteve certa periodicidade foram o *Juca Post* (1985) em Franco da Rocha e o *Regional News* (1992) em Caieiras, os demais apresentam uma significativa rotatividade, aparecendo em dados momentos, como o período eleitoral, onde suas atividades eram retomadas até mesmo com novos títulos e formatos.

O *Juca Post* como o próprio nome indica fazia relação direta ao Hospital do Juqueri, a derivação Juca buscava justamente imprimir uma boa dose de eufonia na *expressão pesada* que Juqueri acabou se tornando. Não era prerrogativa do jornal a utilização da expressão *Juca*, já que vários outros estabelecimentos comerciais e até mesmo festas populares o fazia.

O jornal fundado em 1985, justamente no período em que se consolidava a intervenção do Estado na instituição, buscava propiciar uma fonte de entretenimento a população, dando destaque a textos humorísticos, culturais e auto-ajuda, suas colunas eram assinadas por colaboradores e sua distribuição gratuita, posteriormente se tornou o espaço onde a memória oficial ganhou destaque.

É preciso assinalar que a imprensa produz uma clara intencionalidade em seus discursos. Intencionalidade que se manifesta na confecção mesmo do jornal, cuja primeira razão de ser e veicular idéias notícia e anúncios – todos elementos que compõem diferentes discursos, alguns claros, outros mais sutis. Há, pois, uma intencionalidade básica, comum a todos os que participam da atividade jornalística, e que não se resume apenas ao autor/redator dos textos.

Neste sentido, esta imprensa local, como espaço “privilegiado do social”, interagiu com as práticas urbanas e também contribui para a formação de um sentimento de pertencimento ao lugar. Em um movimento complexo entre cultura, resistência e comunicação o jornal foi tecendo as tensões na cidade e pela cidade, contribuindo significativamente na formação de opinião acerca dos projetos e disputas locais. Sob este aspecto, é necessário sublinhar a posição destacada por Heloisa F. Cruz (2000) ao situar suas reflexões em torno do processo de constituição da imprensa no campo da história social. O que implica no reconhecimento da imprensa como prática social em “momento da constituição/instituição de modos de viver e pensar” (CRUZ, 2000, p. 121).

O periódico *Juca Post* através de sua inserção no social construiu uma linguagem e tipologia capaz de articular e afirmar determinados projetos para a cidade. Pode-se acompanhar através de suas páginas ao longo de 25 anos como seu perfil se modifica e a alternância do quadro de colaboradores influi diretamente na linha editorial do jornal, passando de uma imprensa engajada com o social para um instrumento de propagação dos interesses de grupos políticos oficializados.

Tem se assim um processo de filiação do jornal, onde a prática de oposição as administrações públicas dá lugar a simpatia e promoção dos mesmos. Isso pode ser verificado nos últimos 10 anos do jornal onde aparecem em suas páginas informações de obras públicas

disfarçadas como notícia, ou mesmo reclames da Prefeitura Municipal, tudo de forma muito propagandista, reforçando o trabalho dos líderes políticos.

O *Juca Post* se insere no movimento de (re)significação da memória local e busca reforçar o lugar da memória hegemônica em que o Hospital recebe centralidade reportando ao tempo de fundação da cidade.

Observando a produção escrita que este movimento empreendido pelo jornal e também pelos órgãos municipais dialoga, os significados não são diferentes daqueles projetados pelos agentes que são glorificados no presente, tanto os escritos do Dr. Francisco Franco da Rocha (1900, 1902 e 1909) como do Dr. Antonio Carlo Pacheco e Silva (1935 e 1945) buscam legitimar suas práticas e projetar uma visão arrojada da instituição.

Suas narrativas recuperadas pelo jornal e pelos materiais da prefeitura descrevem um ambiente sadio e progressista onde a população e o hospital se misturam e compõem um período de avanço científico e prestação de serviços *impagáveis* a sociedade brasileira. A fala do médico revigorada também pelas comemorações dos 100 da instituição em 1998, publicada em um folheto intitulado *Juquery – 100 Anos (1898 – 1998): Mito, Estigma E Símbolo de Transformação* traziam na sua capa a seguinte assertiva retirada dos escritos do Dr. Francisco Franco da Rocha:

Saímos de um casarão fechado de aspecto soturno, resultado da adaptação de um velho convento, e entramos numa instalação nova, em pavilhões isolados, separados por grandes áreas ajardinadas, de aspecto alegre e sadio, nos quais penetram luz e ar em profusão (ROCHA, 1902, p. 6).

Assim a descrição da instituição passa ser aquela oficial, ou seja, feita pelos próprios administradores, tanto Francisco Franco da Rocha quanto Pacheco e Silva destacam o quanto a instituição era inovadora e benéfica à sociedade o jornal *Juca Post* destaca isso:

Em um ambiente de camaradagem, o asilo, colônia tornou-se uma fazenda comum causando orgulho a doentes e empregados pelo adiantamento em que a mesma se encontrava. Os primeiros frutos do laborioso e organizado trabalho, causarem júbilo e satisfação ao seu organizador, pois o resultado material alcançado foi mais compensador. A colheita de um ano foi compensadora: milho 20.000 litros. O feijão alcançou 7.000 litros. O fumo chegou a 1.500 quilos. Frutas diversas como uma grande quantidade de laranja, ameixas, uvas, maçãs jaboticabas, bananas, e abacaxis. Até mel de abelhas conseguiu-se obter 200 garrafas. Esta produção atesta por si só, a grandiosidade da obra, conseguindo-se de indivíduos que representavam um “peso-morto” na balança do estado, uma produção apreciável, livrando-se, ainda, de condição ínfima de criaturas inúteis a que estavam sujeitos (JUCA POST, maio 1998, p. 4).

As narrativas muitas vezes apelam para descrição de elementos que confirmam uma paisagem romântica e pura onde a vida no asilo beirava o paraíso:

A felicidade do alienado entregue aos seus cuidados era tanto que não existiam preocupações, agricultores, tranquilos e descuidados do futuro, logram eles na inconsciente desgraça uma boa dose de felicidade. Uma tarde, não há muito tempo, quando voltavam do campo a turma de lavradores, deuse, ao chegar a casa, pela falta de um deles. Já os empregados começaram a sair para procurá-lo, supondo tratar-se de evasão, quando veio surgindo o homem, vagarosamente, ainda com ar estremunhando: entrara no mato para dormir uma soneca, deixando os companheiros no serviço e perdera as horas, tão boa estava a cama..Nem lhes faltava portanto, o doce e decantado sono à sombra do arvoredado (JUCA POST, maio 1998, p. 4).

O jornal também se propõe em homenagear os 100 anos do Hospital e cria-se a coluna *memórias*, onde cada edição contava um pouco sobre a história da instituição: “No ano que o Hospital do Juqueri completa seu centenário de existência, o jornal *Juca Post* estará publicando com exclusividade a História de sua criação em capítulos a partir desta edição” (JUCA POST, maio 1998, p. 5). Parte dos artigos teve como colaborador seu Juvenal Lima, um funcionário aposentado do hospital. O Sr. Juvenal trabalhou por um longo período na instituição no setor de ergoterapia e possui vários documentos sobre a cidade e o Hospital do Juqueri.

Os diversos eventos culturais promovidos pela instituição movimentaram a cidade, inúmeras práticas como feiras de artesanatos, apresentações de música, teatro e oficinas ligado a psiquiatria. O fechamento das festividades ocorreu com uma missa religiosa realizada nos jardins do Hospital, nesta solenidade diversos líderes do Estado e dos municípios vizinhos estiveram presente onde o prefeito municipal Dito Hernandez destacou:

O comentário que costuma ser feito fora da cidade “cidade dos loucos”, é pura realidade: “somos loucos sim”. Loucos de amor ao próximo e por aqueles que não têm a mesmas oportunidades que nós. “Espero que os próximos 100 anos, sejam mais dignificantes que esses” (JUCA POST, maio 1998, p. 5).

Assim defender e forjar uma identidade para a cidade ligada ao espírito da ternura e da ciência consistia em um discurso capaz de dar vida a essa memória. A comemoração do centenário do Hospital era acima de tudo a comemoração da memória da cidade que tinha como tarefa refutar os preconceitos e estigmas que envolvia a cidade como “cidade dos loucos”.

O signo da divisa criado em 1975 parecia estar incorporado e reativado como filão que era capaz de naturalizar a realidade e afirmar a presença da cidade como lugar da psiquiatria.

No decorrer do espírito comemorativo algumas matérias publicadas no jornal Juca Post, principalmente dentro de uma coluna denominada: *Projeto raízes* também caminha neste sentido. Nesta coluna o colaborador busca narrar à história da cidade. Sobre a finalidade da coluna, ele mesmo justifica: “nossa cidade cresceu muito de uns tempos para cá, vieram outras pessoas que não conhecem as nossas origens, o projeto tem esse objetivo contar a história da cidade para os novos moradores para que estes conheçam” (JUCA POST, 2001, p. 4).

A história contada nestes artigos restringe a marcos de memória e trajetórias de vida dos grupos políticos que estiveram a frente da cidade, ora ou outra aparecem um outro personagem, porém cumprem mais o papel de justificar o projeto hegemônico do que o de revelar as diferenças e os anseios de outras trajetórias. Assim a narrativa histórica contempla apenas o grupo mais tradicional que estão próximos das esferas de poder. Os outros sujeitos populares têm um papel secundário que contribuíram para reforçar feitos dos grandes homens, cuja herança parece repousar sobre os atuais líderes do município.

Segundo o relato reproduzido pela versão oficial da história da cidade e também divulgado pelo Jornal a instalação do Hospício seria a intervenção que movimentou a cidade e trouxe novos moradores.

Em 1852, em São Paulo, numa casa a Rua São João, foi fundado o primeiro hospício, destinado a abrigar os dementes que então eram arremessados nos cárceres das cadeias públicas. (...). Com o escoar dos anos, a chácara não comportando mais o elevado número de doentes, o governo do Estado designou para resolver o problema o Senhor, Dr. Francisco Franco da Rocha, o qual sugeriu que fosse adquirido um terreno à margem da linha inglesa, junto à estação de Juquery. Feita a aquisição pelo governo, de uma área de 150 hectares, 1895 foram iniciadas as obras de construção da Colônia Agrícola de Juqueri, pelo notável arquiteto Ramos de Azevedo, com capacidade para 800 leitos (JUCA POST, jun. 1998, p. 4).

Torna-se significativo para a construção da memória desta cidade o que o texto aponta, o fato de o empreendimento que tinha como Diretor o Dr. Francisco Franco da Rocha ter retirado dos cárceres das cadeias públicas os doentes que eram ali arremessados.

Analisamos o relato:

Foi então a partir das idéias e metas do médico que a cidade passou a ser um centro de referência psiquiátrica mundial. Dr. Franco da Rocha lutou contra

problemas sérios, como falta de água, iluminação, falta de verbas para a contratação de pessoal competente e tantos outros, porém não se entregou. Pelo contrário, preocupou-se ainda mais com o aspecto médico-assistencial dos internos, atendendo pessoalmente a maioria dos doentes. Por isso Franco da Rocha é conhecida como Cidade Ciência e Ternura. (...) devido ao grande bem que fez pela psiquiatria mundial e pelo avanço e progresso da cidade, seu nome ficará para sempre marcado, de alguma forma, no coração da comunidade local (JUCA POST, jun. 1998, p. 4).

A história da cidade é contada, a partir, da história do Dr. Franco da Rocha. Surge como protagonismo deste médico, que segundo o relato, *lutou pelo progresso da cidade*. Esta visão vai (re)afirmando o mito em torno do médico que pode indicar um exemplo a ser seguido por todos, seus ideais são reforçados expressando seus valores e condutas; “lutou contra problemas sérios...” “Não se entregou...” “Atendia pessoalmente a maioria dos doentes” (JUCA POST, jun. 1998, p. 4).

Trata-se, então, de apresentar os marcos fundadores do município de Franco da Rocha numa projeção criada no processo de invenção das tradições, nomeadas num tempo que evolui, principalmente, no que se refere à construção da ordem social, simbolizada nas instituições políticas. Dentre as narrativas certos valores vão sendo reforçados como trabalho, disciplina, coragem, ordem.

Busquei assim, neste artigo, refletir sobre estas práticas narrativas e problematizar as imagens construídas desta cidade. Seguindo Marcel Roncayolo (1986, p. 400), “a cidade se faz na expressão das histórias de diferentes práticas sociais que constituem, de maneira conflituosa, as direções da expansão dos projetos e do desenvolvimento urbano”. O que significa dizer que os discursos produzidos e transformados em marcos de uma memória, a qual se quer única, apresentam-se como projeções de uma cidade, que se quer controlar socialmente, havendo nesse movimento, então, uma outra cidade vivida e lembrada como experiência desse passado, sobre o qual não se tem o controle absoluto.

Como propõe Célia Rocha Calvo (2001) se trata de pensar a cidade, como dimensão de um campo de disputas pelos direitos à cidade e à memória. Nesta direção, é preciso buscar pensar como diferentes sujeitos inscrevem essas disputas na memória que guardam sobre seu viver na cidade, nos territórios organizados, a partir dessas práticas sociais.

Fontes

FOLHA DE SÃO PAULO. São Paulo, 16 fev. 1984.

_____. São Paulo, 21 fev. 1984.

_____. São Paulo, 27 fev. 1984.

_____. São Paulo, 13 mar. 1984.

JUCA POST. Franco da Rocha, maio 1998.

_____. Franco da Rocha, jun. 1998.

_____. Franco da Rocha, mar. 2001.

_____. Franco da Rocha, nov. 2006.

O ESTADO DE SÃO PAULO. São Paulo, 24 mar. 1984.

Referências

BASAGLIA, Franco. *A instituição negada*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

CALVO, Célia R. *Muitas memórias e histórias de uma cidade: experiência e lembranças de viveres urbanos*. Uberlândia – 1938-1990. 2001. Tese (Doutorado) - Pontífice Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.

CARDOSO, Heloisa Helena P. Memórias e imagens. In: ALMEIDA, Paulo R. et al. (Orgs.). *Outras histórias: memórias e linguagens*. São Paulo: Olho d'Água, 2006.

CRUZ, Heloísa de F. *São Paulo em papel e tinta: periódico da vida urbana*. São Paulo: EDUSC, 2000.

FREIRE, Maria T. G. *Juquery – 100 Anos (1898 – 1998): mito, estigma e símbolo de transformação*. São Paulo: Secretária de Estado da Saúde de São Paulo, 1998.

HOBBSAWM, Eric; RANGE, Terence (Orgs.). *A Invenção das Tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

JOHNSON, Richard; DAWSON, Granhan. Memória Popular: teoria, política, método. Tradução de Helen Hughes e Yara Houry. In: ALMEIDA, Paulo R. et al. (Orgs.). *Outras histórias: memórias e linguagens*. São Paulo: Olho d'Água, 2004. p. 282-295.

ROCHA, Franco da. *Hospício de São Paulo. Estatística. Apontamentos*. São Paulo: Typographia do Diário Oficial, 1900.

_____. Assistência Familiar aos Insanos em São Paulo. In. CONGRESSO MÉDICO LATINO-AMERICANO, 4., 1909. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1909.

RONCAYOLO, M. Cidade In: ENCICLOPÉDIA EINAUDI. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, s/d.

SÁ, E. N. C.; PIMENTEL, C. R. B. *Juqueri o Espinho Adormecido*. São Paulo: Editora Hucitec, 1991.

SILVA, A. C. Pacheco e. *A Assistência a Psicopatas no Estado de São Paulo: Breve resenha dos trabalhos realizados durante o período de 1923 a 1937*. São Paulo: Oficinas Gráficas de Assistência a Psicopatas Juqueri, 1945.

YALIN, Mario; OLIVEIRA, Geraldo. Resumo da História da Assistência a Psicopatas no Estado de São Paulo. In: ARQUIVOS DA ASSISTÊNCIA A PSICOPATAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. Franco da Rocha: Assistência a Psicopatas, v. 13-14, n. único, p. 19-33, jan/dez. 1948.